



Artigo

[Cadernos] PPG-AU
FAUFBA

Bloco 3

Corpos dissidentes na produção de outras territorialidades: entre a casa, a rua e o palco

Casas de Acolhimento

Os Desafios do Abrigamento da
População LGBTQIAPN+ na Bahia

João Hugo Cerqueira

Universidade Federal da Bahia
Centro de Cultura e Acolhimento LGBTQIA+
— Casa Aurora, Salvador/BA

Casas de Acolhimento: Os Desafios do Abrigamento da População LGBTQIAPN+ na Bahia

Resumo:

O texto é a transcrição da fala do autor na Mesa 5 (Políticas de Acolhimento Habitacional para a população LGBTQIA+) do Colóquio Cidades Sexuadas. Em sua fala, João Hugo Cerqueira, coordenador do centro de acolhimento Casa Aurora, reflete sobre os limites institucionais e financeiros das casas de acolhimento na Bahia e expõe os desafios cotidianos do abrigamento da população LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: População LGBTQIA+; Habitação; Casas de acolhimento; Bahia.

Casas de Acogida: Los Desafíos del Alojamiento de la Población LGBTQIAPN+ en Bahía

Resumen:

El texto es la transcripción de la intervención del autor en la Mesa 5 (Políticas de Acogida Habitacional para la población LGBTQIA+) del Coloquio Cidades Sexuadas. En su exposición, João Hugo Cerqueira, coordinador del centro de acogida Casa Aurora, reflexiona sobre los límites institucionales y financieros de las casas de acogida en Bahía y expone los desafíos cotidianos del alojamiento de la población LGBTQIAPN+ en situación de vulnerabilidad.

Palabras clave: Población LGBTQIA+; Vivienda; Casas de acogida; Bahía.

Shelter Homes: The Challenges of Providing Accommodation for the LGBTQIAPN+ Population in Bahia

Abstract:

The text is a transcription of the author's presentation at Panel 5 (Housing Reception Policies for the LGBTQIA+ population) of the Gendered Cities Colloquium. In his presentation, João Hugo Cerqueira, coordinator of the Casa Aurora LGBTQIA+ shelter, reflects on the institutional and financial constraints faced by shelter homes in Bahia and discusses the everyday challenges of providing accommodation for the LGBTQIAPN+ population in situations of vulnerability.

Keywords: LGBTQIA+ population; Housing; Shelter homes; Bahia.

Boa tarde, eu sou João Hugo, um homem trans, ativista LGBTQ e comunicador social. Faço várias outras coisas na comunicação; trabalho com audiovisual e, para além disso, sou um dos idealizadores e coordenadores da Casa Aurora. Hoje, a Casa Aurora não conta com um espaço físico de abrigo, porque a gente sabe que manter um espaço físico de abrigo tem um custo muito alto e, mesmo que a gente tenha apoiadores e parceiros, ainda assim é um custo elevado. Por exemplo, apenas por meio de um breve levantamento que realizamos sobre o que seria necessário, identificamos que haveria um custo mensal de dez mil reais para alimentar com dignidade seis pessoas abrigadas em uma casa, ou seja, considerando o mínimo.

Eu vou trazer uma experiência muito pessoal enquanto produtor audiovisual (não sei se alguém aqui trabalha com produção), isso envolve, muitas vezes, uma jornada de 12 horas no set de filmagem ou até mesmo de um tempo maior de produção e que às vezes você não tem tempo de respirar. Hoje, por exemplo, acabei de sair de uma produção, cheguei em casa, só tive tempo para tomar um banho e comer e já tive que sair novamente; ou seja, apenas um exemplo de como o nosso tempo acaba ficando muito comprometido para dar conta das demandas de uma casa de apoio/abrigo.

Recordo-me de uma ocasião em que realizei um trabalho de direção de arte comercial para uma empresa pública. Saí às três horas da madrugada e retornei para casa apenas às vinte horas. Foi um trabalho bem remunerado; contudo, esse valor acaba sendo direcionado novamente para a instituição que idealizamos e cuidamos, concebendo-a como um espaço de futuro e de novas possibilidades, para que outras pessoas possam ter melhores oportunidades e acolhimento.

Ao mencionar a necessidade de contribuir financeiramente com a instituição de acolhimento, não posso deixar de reconhecer e agradecer a todas as pessoas que colaboram para que a casa funcione e o acesso permaneça garantido. No entanto, sabemos que indivíduos, isoladamente, não conseguem manter por muito tempo um espaço que acolhe várias pessoas. As despesas pessoais continuam existindo, as contas de água e de luz chegam às nossas casas, assim como outros imprevistos que surgem no cotidiano. Dessa forma, contar exclusivamente com contribuições individuais para manter esses espaços torna-se um tipo de loteria: em alguns momentos, conseguimos o necessário, mas, ainda assim, no dia seguinte não há garantia de que esse apoio continuará se reproduzindo.

Além disso, outras questões acabam pesando, como a necessidade de eu precisar ter uma outra ocupação para retirar o meu próprio sustento. Muita gente acredita, inclu-

sive, que todo mundo que trabalha com movimento social tem dinheiro. Você me apresenta a essa pessoa porque eu quero perguntar a ela qual foi o caminho que ela fez para ter dinheiro. Eu mesmo ainda não consegui entender essa lógica, que existe no imaginário social de que os indivíduos que trabalham com movimento social vivem financeiramente bem ou que trabalhar com movimento social é uma tarefa simples.

Na verdade, é uma situação bem complexa, um trabalho cansativo: você renuncia ao seu final de semana e cuida de gente que muitas vezes não quer ser cuidada. A gente tem essa visão de que esses processos são bonitos, mas também precisa entender que estamos lidando com pessoas, e cada pessoa é um mundo, cada cabeça funciona de um jeito totalmente diferente. Por exemplo, eu, como coordenador da Casa Aurora, fui (e ainda sou) retratado como ruim, como ditador, porque sabia que, em uma casa de abrigo composta majoritariamente por pessoas pretas, eu não podia permitir o uso de drogas ilícitas nem o consumo de bebidas alcoólicas. Infelizmente, a gente não sabe como o álcool ou uma droga vai agir no meu corpo e influenciar no corpo do outro. A gente sabe que precisa trabalhar com redução de danos e tentava ali fazer isso, garantindo que, caso alguém fosse usar alguma substância, que reduzisse os danos e buscasse um lugar seguro.

Só que a gente também sabe que, em uma casa coordenada por uma pessoa preta, e majoritariamente com outras pessoas pretas morando ali, é muito fácil para o Estado derrubar esse esquema, derrubar esse espaço. Porque o Estado quer a gente em situação de vulnerabilidade, o Estado se mantém com a vulnerabilidade. A gente sabe que esse discurso de guerra às drogas, na verdade, é uma falácia, porque sempre quem morre, é o preto e pobre. Então é a mesma lógica de funcionamento para essas instituições.

Então, a casa Aurora hoje estamos lutando para conseguir fundos para retornar ao abrigo de uma forma, por exemplo, como a Casa 1, que é um modelo de casa de acolhimento que eu gosto muito, porque a Casa 1 é a primeira casa de acolhimento LGBTQ institucionalizada no Brasil, só que eles não têm vínculo com partidos, eles não têm vínculo com o município, eles não têm vínculo com o estado, justamente para que eles possam ter autonomia total de tudo que eles fazem dentro desse lugar.

Só que estamos falando de uma casa que precisa se sustentar. Neste sentido, é necessário compreender de onde o dinheiro vai chegar, sobretudo quando a gente pensa em um espaço de acolhimento em uma cidade como Salvador, uma capital que ma-

oritariamente tem pessoas pretas e possui uma política de assistência social extremamente defasada. Uma cidade na qual encaminhamos um indivíduo para os programas de assistência social e que, ainda assim, fica totalmente desassistido.

No início da Casa Aurora, o Léo Prates, por exemplo, foi lá e disse que iria fazer e acontecer e até hoje nada foi concretizado. Ele não fez nada enquanto secretário de Saúde, ele não fez nenhum plano ou política de assistência social para essas pessoas e, ainda assim, a Casa Aurora sempre recebeu demandas do Município e do Estado, mas eles nunca foram os principais empreendedores desse espaço.

Outra situação bastante complexa, quando falamos sobre casas de acolhimento para a população LGBTQ, é que precisamos levar em consideração que muitos desses indivíduos vão chegar extremamente vulnerabilizados a esses espaços. Pessoas que chegam com traumas, vivenciando sentimentos de raiva, abandono, desesperança, ainda mais porque, a maioria destas pessoas já passaram por todos esses espaços de possíveis acolhimentos, passaram pelas unidades de acolhimento básico, de saúde, passaram pelos serviços de assistência jurídica e todos esses espaços as trataram com chacota, como se fossem casos menos problemáticos do que outros casos que tinham para resolver. Então a pessoa vai chegar nestes espaços de assistência com raiva, a pessoa vai chegar no serviço social desacreditada de que aquilo pode funcionar para ela naquele momento.

Isso é muito grave porque vulnerabiliza bastante a vida dessas pessoas, já que, quando sofrem violência, elas não vão querer denunciar por não se sentirem confortáveis ou por não acreditarem no serviço de assistência psicossocial. Então daí surge também a importância destes espaços de acolhimento, das casas de acolhimento LGBTQ. Esse movimento vem crescendo no Brasil porque são espaços em que se tem a consciência de que essa política de assistência que está posta pelo Estado brasileiro não funciona para todas as pessoas.

A gente tem um Centro de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQs (CPDD), que é um dispositivo com o qual a gente muitas vezes foi parceiro nas demandas. A gente tem a Instituição Assistencial Beneficente Conceição Macedo (IBCM), mas quantos outros serviços a gente pode dizer aqui que funcionam? Pouquíssimos. Eu discordo, hoje em dia, de quem disser que a assistência para a população LGBTQ em situação de rua funciona porque o que a gente vive na prática, na verdade, é um não funcionamento, um abandono.

No período de pandemia quantas pessoas LGBT estavam dentro das suas casas e conviveram com as principais pessoas que as violentavam? O adoecimento mental se agravou durante a pandemia. Tínhamos uma demanda enorme (na Casa Aurora) de atendimento psicológico durante o abrigo na pandemia e tivemos que encerrar a folha de atendimento psicológico para dar conta, porque a gente só tinha quatro psicólogas voluntárias e uma psicoterapeuta, e não era possível dar conta de toda essa demanda. E acredite, até hoje a gente tem pessoas que necessitam de acompanhamento psicológico devido ao período da pandemia e que ainda não conseguiram lidar com tudo, justamente porque o índice de violência sofrida dentro de casa e praticada pela sua família consanguínea foi muito mais intenso nessa época.

E foi neste período que a Casa Aurora acabou se consolidando como uma das principais casas de acolhimento LGBTQ do país, porque tivemos também alguns reconhecimento nacionais e internacionais, mas dentro do próprio estado esse reconhecimento não é feito. A política de assistência não entendeu que esse espaço também é de assistência e de desafogamento do fluxo de que a prefeitura não dá conta.

Uma situação que ilustra bem esse descaso e que gosto de recordar, foi um caso envolvendo uma usuária de drogas. Em determinada ocasião, a prefeitura de Madre de Deus, por meio de uma assistente social, encaminhou à nossa equipe a demanda de atendimento e acolhimento de uma mulher trans residente na cidade. Era evidente que o núcleo responsável por esse atendimento na prefeitura não possuía capacidade técnica adequada para lidar com aquela situação, nem com qualquer outra de complexidade semelhante.

A demanda, naquele caso, não se tratava de encaminhamento ao CAPS, tampouco se restringia a procedimentos junto à Polícia Civil para obtenção de documentos. Tratava-se de um quadro no qual identificamos que a pessoa apresentava sintomas compatíveis com um episódio de mania, um processo psíquico que exige acompanhamento especializado em saúde mental. Ainda assim, essa responsabilidade foi atribuída à nossa casa de acolhimento — que não é, e nunca foi, um espaço destinado ao atendimento de pessoas com transtornos psiquiátricos graves. Agrave-se a isso, o fato de que sequer tínhamos no momento equipe preparada, uma vez que, todas as pessoas que atendem e atendiam na Casa Aurora são voluntárias.

Na realidade, até hoje, as pessoas que atendem e trabalham conosco neste espaço da Casa Aurora não recebem recursos para isso, mesmo assim, sempre se dispuseram a estar naquele local, fazendo com que aquelas pessoas em situação de vulnerabilidade pudessem ter acesso a algum tipo de serviço de assistência psicossocial. A realidade é

que sabemos que quanto mais a gente tiver casas como a Casa Aurora, a Casa Marielle Franco, a Instituição Conceição Macedo, o Estado vai se sentir confortável no direito de não fazer o que ele teria que fazer, e a gente vai acabar sempre cumprindo o papel do Estado, e o Estado vai acabar sempre mandando demandas para a gente que eles não conseguem nem arcar ou lidar.

Inclusive, temos aí, desde 2017, a garantia do uso do nome social, mas o Estado não consegue, inclusive, garantir o nome social dentro dos seus próprios espaços. Então, a gente está falando de uma política que funciona para uma coisa, mas não funciona para outra. A gente tem as unidades de acolhimento da prefeitura e, se a gente parar para fazer um levantamento, uma pesquisa, uma análise, vai entender que a maior parte das pessoas LGBT que estão nessas unidades prefere estar na rua, porque não têm acolhimento.

E o acolhimento? Ele não é só o amor pelo lugar, o ato de abrigar. Todas as vezes que a gente fala de casa de acolhimento, eu não estou falando só de um lugar onde se mora. A gente precisa entender que o acolhimento vai para além da moradia: acolhimento é quando você chega em um lugar e tem, minimamente, um prato de comida, minimamente o direito a uma refeição, a tomar um banho, a ter uma roupa limpa, alguém que te ouça, que te humanize.

E, se pararmos para analisar os níveis das casas de acolhimento da prefeitura, poucas unidades têm profissionais aptos a informar naquele espaço, ou até a própria prefeitura está apta a ter um espaço como esse. Sempre houve demandas de população em situação de rua, mas também sempre se trabalha no meio do caminho, ou seja, na precariedade, tentando fazer com que a pessoa não volte para a rua.

No nosso caso, jamais conseguimos atuar como um serviço de porta aberta — e não por falta de vontade, mas por impossibilidade objetiva. Recebemos jovens LGBTQIA+ entre 18 e 29 anos, expulsos de casa por suas identidades e orientações sexuais, e essa era a maioria das demandas. Porém, nem todas podiam ser acolhidas, porque muitas chegavam com quadros psiquiátricos complexos. Não dispúnhamos de psiquiatria 24 horas, nem de equipe de segurança com condições de gerenciar crises graves dentro do espaço. Era inviável simplesmente “bater na porta e entrar”, pois, o acolhimento também exige avaliação, escuta, responsabilidade e proteção cruzada para todos envolvidos.

O fluxo ideal seria que a demanda entrasse pela rede pública, fosse acolhida, avaliada por profissionais, encaminhada para suporte jurídico e psicológico, e só então direcionada a uma casa de acolhimento municipal. Mas a realidade é outra: quase nunca há

vagas. Assim, uma pessoa LGBTQIA+ expulsa de casa, especialmente uma pessoa trans, muitas vezes acaba sendo empurrada para um abrigo comum ou mesmo para a rua. É um processo extremamente violento para quem já está atravessando violência. O sistema, desse modo, retroalimenta o ciclo de exclusão.

É justamente nesse vazio que as casas de acolhimento LGBTQIA+ criadas pela sociedade civil entram: para cumprir o papel que o Estado deveria exercer. No entanto, essas iniciativas operam em constante sucateamento, funcionando, muitas vezes, com doações informais e esforços individuais. Lembro-me de que, durante a pandemia, nosso advogado precisou peticionar para que a Casa Aurora recebesse cestas básicas para pessoas LGBTQIA+. Conseguimos por um período, mas, antes mesmo do fim da pandemia, as cestas foram suspensas. Se não fosse a mobilização comunitária, as pessoas acolhidas teriam ficado sem alimentação.

Criamos, então, estratégias próprias de cuidado e solidariedade: além de atender quem estava acolhido, destinávamos parte das cestas básicas a pessoas LGBTQIA+ que ainda viviam com suas famílias, mas sofriam rejeição. A lógica era simples: se a família não te acolhe, ao menos você pode levar comida para casa e não precisa ir à rua para sobreviver. Isso é humanização. Isso é garantia de vida.

Essas estratégias, porém, não deveriam ser necessárias. Se houvesse políticas públicas efetivas, como as garantidas pela Constituição, ninguém precisaria depender de redes informais para ter comida, abrigo e dignidade. Mas sabemos que a homotransfobia institucional opera de maneira sutil quando convém e de forma explícita quando lhe interessa. E, por muito tempo, o Estado tem funcionado dessa maneira.

Para concluir, é importante destacar um dado que costuma passar despercebido: a maior parte das pessoas LGBTQIA+ que chegam às casas de acolhimento é negra. E, por mais curioso que pareça, no nosso acolhimento, as pessoas que menos permaneceram nesse processo foram homens cisgêneros gays. Isso ocorre porque, na sociedade, existe uma maior disposição em acolher esses homens, não que isso seja algo negativo em si, mas evidencia como as hierarquias sociais se reproduzem mesmo dentro das vulnerabilidades.

Enquanto isso, todas as travestis acolhidas só conseguiram sair da casa após um processo intenso de abrigamento, fortalecimento e aproveitamento das oportunidades que surgiram. Isso revela como vivemos em uma sociedade profundamente racista, sexista e centrada no masculino, no falo e nas estruturas patriarcais. Até mesmo entre minorias vulnerabilizadas, homens cis gays tendem em geral a ser os primeiros a conseguir sair dessa condição, o que demonstra a reprodução de privilégios estruturais.

Essas dinâmicas nem sempre são visíveis à primeira vista; muitas vezes é preciso vivenciar esses processos para entender os caminhos, as barreiras e os dispositivos de poder que moldam o acolhimento. Portanto, discutir abrigo e acolhimento é reconhecer que ainda temos muito a avançar.

O surgimento de uma casa de acolhimento já é algo positivo; o surgimento de várias casas é ainda melhor. Mas o cenário ideal, e verdadeiramente emancipatório, é aquele em que não precisemos de casas de acolhimento específicas para pessoas LGBTQIA+. Isso significaria que avançamos como sociedade, que não há mais expulsão familiar por orientação sexual ou identidade de gênero. Contudo, infelizmente, esse horizonte ainda é utópico. É por isso que casas como Aurora, Marielle e tantas outras, espalhadas pelo Brasil, continuam fundamentais.

Precisamos voltar nossos olhos para esses espaços e sustentá-los, porque sabemos que manter esses equipamentos é extremamente desafiador. Garantir sua continuidade é difícil; zelar pela saúde mental de quem coordena e vive nesses ambientes é igualmente complexo. Especialmente quando quem está à frente dessas casas é também uma pessoa LGBTQIA+, como foi o meu caso. Muitas vezes, de fora, se diz: 'Que incrível esse espaço de acolhimento!'. Mas, por dentro, o que existe é uma constante batalha com o município, com o Estado e com a falta de reconhecimento institucional para manter um equipamento tão legítimo quanto qualquer outro serviço público que deveria ser ofertado pelo poder público.

Recebido em: 09/01/2025

Aceito em: 30/05/2025

DOI: 10.9771/ppgaufaufba.v15i0.74469

Como citar: CERQUEIRA, João Hugo. Casas de Acolhimento: Os Desafios do Abrigamento da População LGBTQIAPN+ na Bahia. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 15, n. 1, p. 142-151, 2026.



FAUFBA



**PPG-AU
FAUFBA**

NAPPE

NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA
E PRODUÇÃO EDITORIAL